

## **Quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto?** **Duas histórias de guerra na cronística medieval portuguesa**

1. Quem percorre os muitos fólhos e vastos recantos da prosa cronística medieval portuguesa sabe, de experiência própria, como a cada passo de uma qualquer das muitas obras que a enformam se torna frequente rastrear a inclusão de histórias, matérias, aspectos ou pormenores que já antes havia sido possível encontrar noutra(s) obra(s) similar(es) e que, por certo, se não-de recensear ainda, por mais de uma vez, em outra(s) que, eventualmente, vier(em) a ser consultada(s). Esse é, afinal, um dos sortilégios do género cronístico, e, portanto, um dos seus traços mais emblemáticos: refiro-me ao aproveitamento continuado de fontes, fundos temáticos e matérias comuns para a estruturação de uma “nova” diegese e seu respectivo modelo de desenvolvimento discursivo, pese embora algum diferenciamento que sempre vai sendo introduzido por cada vez que o fluir natural dos tempos requer nova(s) narrativa(s) em torno de assuntos que haviam já adquirido um certo “prestígio” como base de uma escrita historiográfica e memorial.

Não é, por isso, menos verdade que os cronistas, ao adoptarem um *modus operandi* amiúde tributário desse manuseamento e do conseqüente recurso sistemático a fontes comuns ou sucessivamente reelaboradas, sempre tenderam a recuperar de maneira própria, ou, pelo menos, não exactamente coincidente, e tantas vezes mesmo até de modo identitário, os fragmentos e os pedaços de uma história longinquamente pretérita ou antes recentemente experimentada, ora enveredando pela sua reprodução por conservadora *imitatio*, ora, noutros casos, introduzindo matizes pontual ou mais significativamente diversificadores, mantendo as estruturas basilares mas alterando outras não menos despiciendas, ora mesmo, e ao invés, por eventual necessidade de reversão, reescrevendo-os quase por completo, por deles, por exemplo, discordarem em absoluto. Isto é: a paleta diferenciada de possibilidades ocasiona e induz uma operacionalização que, em boa verdade, e por ser factor de potencial estabilidade ou variação, adquire um importante significado.

Se, por um lado, tal particularidade do labor historiográfico se pode fundar e ancorar no próprio âmago do processo de construção discursiva que suporta o género em questão – a crónica historiográfica –, já que este se caracteriza pela adesão regular a tais estratégias, por outro, essa especificidade também

se relacionará, pelo menos em parte, com um traço de âmbito mais largo e genérico, aquele que se prende, afinal, com o carácter e a essência do próprio Homem, sempre afagando a propensão para ouvindo uma história ou lendo uma notícia nelas introduzir novos contornos ou subtrair particularidades aquando de um seu eventual e posterior recontamento perante outrem, ou quando está em causa o conto para “memória futura”. Daí, talvez, até, que muito proverbialmente todos tenhamos ouvido desde pequeninos que “quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto”, pretendendo-se com essa incisiva sentença proverbial fazer sobressair, de forma simples, o tal factor aparentemente endógeno ao Homem e aos seus modos de expressão, nomeadamente o verbal, sempre se aprestando a modificar, a burilar, até a ampliar, tantas vezes com um propósito de clarificação e de estabelecimento de precisão, tantas outras vezes podendo isso decorrer antes de uma imposição externa – ainda que para o demandador isso seja “supostamente” pertinente –, em tantos casos porventura mesmo com um nítido resultado de subjectiva derrogação ou de destruição, e, no limite, de deliberada deturpação.

Assim sendo, pareceu-nos interessante avaliar no contexto destas Jornadas sobre a guerra e a sociedade na Idade Média dois tão conhecidos quanto simples casos de manuseamento historiográfico de pequenos episódios de histórias de guerra insertos na cronística medieval portuguesa, precisamente no que concerne ao modo como se poderiam aferir tais particularidades, isto é, (i) o aproveitamento sucessivo de matérias e de materiais já antes tratados e, concomitantemente, (ii) os eventuais processos de modificação discursiva, substantiva e expressiva, sendo aliás este último o campo específico de que preferencialmente partiremos e em que, por consequência, nos colocaremos. É que, como se sabe, é sobretudo por esta via que as alterações se consubstanciam e materializam, e, gostaria de sublinhar, quase sempre numa consonância perfeita com propósitos pragmático-ideológicos indisfarçáveis e mesmo fundantes. Quer dizer: parto de uma perspectiva que assumidamente encara o eclectismo das crónicas medievais como um dos elementos fundamentais do seu travejamento nodal, e, por isso, aceito que, dimensionadas como policódigos funcionais, plasmam uma essência discursiva que de modo intencional pisa e corre o centro e as fronteiras de dois campos desde sempre muito correlacionados, a História e a Literatura, assim exibindo um tal estatuto sistémico sem o qual, num patamar genológico, não seriam verdadeiramente o que são: crónicas. E para o serem, há que “vestir-lhe a pele”.

2. O primeiro episódio que quero aqui brevemente convocar, a partir de algumas das mais representativas versões cronísticas hoje disponíveis, é o da conhecida reacção de Afonso Henriques à ardilosa estratégia de Egas Moniz para levar o opositor régio castelhano a levantar o célebre cerco a Guimarães.

Na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, obra cuja denominação, assim estabelecida, foi, como se sabe, da responsabilidade do muito saudoso Professor Lindley Cintra, que a utilizou para identificar a versão do texto de base de uma sua edição da “segunda redacção”, datada de c.1400 e de mão anónima, da célebre obra historiográfica de D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, o passo em questão, inserto no capítulo DCCVI, regista assim:

«Em outro dia de grande manhã levãtousse o emperador cõ toda sua hoste e foisse seu caminho. E andarom tanto que chegarom a Castella. E, quando o principe dom Affonso Anriquez vyo assi hir o emperador e nõ sabia a razom por que, foy maravilhado e perguntou a dõ Egas Muniz se sabia que era aquello. E elle lhe disse toda a verdade como passara. E, quando o principe o ouvio, ouve tam grande pesar que parecia que queria morrer e disse:

– Certo, eu queria ora seer ante morto de maa morte.

E dom Egas Muniz lhe disse:

– Senhor, nõ vos queixees, ca eu penso que vos fiz muyto serviço, ca vós nõ a vyees aquy senõ muy pouco mantiimẽto e, falecendo, tomarãvos a villa per força e vos foreis morto ou preso e o senhorio de Portugal dado a outrem. E porẽ, senhor, nõ vos devees de queixar, ca tenho que vos livrey da morte e de seerdes desherdado. Quanto he a menagem que eu fiz, esto foy sem vosso mãdado nõ doutro nõ hũ e assy sem vosso conselho nõ doutro nõhũ a livrarey muy bem prazendo a Deus, assy como vós bem poderees veer. Ca, ainda que la vós quisesses hir, non vollo cõsentiria eu, ca nõ entẽdo hi a vossa prol.»<sup>1</sup>

Se a data de c.1400 está certa para esta “segunda redacção”, não demoraria muito para que uma outra mão anónima, a do autor da *Crónica de Portugal de 1419*<sup>2</sup>, tendo como referência também, por certo, o passo que acabo de transcrever, escrevesse acerca do mesmo assunto, na secção narrativa correspondente de uma “Crónica de D. Afonso Henriques” ali incluída (capítulo 9), o seguinte:

«No outro dia pela menã alevamtou-se ho emperador e toda a outra oste e foram-se seu caminho pera Castela, e poucos dos seus souberom parte do que antre ele e dom Eguas Monyz pasara. Quando o príncipe dom Afonso Amriquez vio que se o emperador alçava, ele e toda sua oste, e se foram seu caminho, maravilharom-se muyto e perguntarom a dom Eguas Moniz se sabia que era aquelo, qua ele falara a noyte d’ante com ele sobre feito de seu çerquo. E dom Heguas Moniz lhe dise toda verdade como fora, e o principe lhe dise: “Muy mal me jugastes em fazerdes vós menajem de eu ir

<sup>1</sup> *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990, pp. 221-222.

<sup>2</sup> Título resultante de uma denominação que, na segunda metade do século XX, a generalidade da crítica tacitamente convencionou atribuir a um texto historiográfico, de autor ainda hoje indeterminado, cuja redacção terá sido iniciada em 1 de Julho de 1419 e terminada nos primeiros anos da década seguinte. Sobre este texto, cf. Albano António Cabral Figueiredo, *A crónica medieval portuguesa. Génese e evolução de um género (Sécs. XIV-XV). A dimensão estética e a expressividade literária*, dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, texto policopiado, Coimbra, 2005, pp. 312-348.

às cortes”. E dise entam dom Eguas Moniz: “Eu não vos juguey mall, mas juguey vos bem, qua vós não tinhadés veandas pera quatro dias e tomara-nos a vila por força e vós fôres preso ou morto e o senhorio de Portugal dado a outrem, e asy tenho que vos juguey muy bem, que vos livrey da morte e serdes deserddado da terra. E, quamto he a menajem que eu fiz, fize-o sem vosso mandado nem doutro e eu o livrarey como vós verês, qua, ainda que vós quiséses ir alla, nom vo-lo conselharia eu, qua nom entendo hy vosa prol”.»<sup>3</sup>

E acrescenta ainda como complemento informativo e remate:

«E entom o principe dom Afonso Amriquez, sendo muy anojado por esta sobjeçom de Castela em que era posto por ser teudo de ir a suas cortes nem lhe conhecer senhoryo, ouve seu conselho e espreveo sobre elo muy afincadamente ao papa Eujenio terçeyro, que entom era, prometendo-lhe trebuto de seu senhorio e ganhou dele muytos e bõos privilegios per que foy isemto.»<sup>4</sup>

Depois, já no início do século XVI, mais propriamente por 1505, mas ainda bem dentro de uma tradição historiográfica medieval, Duarte Galvão haveria de, por sua vez, e sobre tal episódio, atestar no capítulo IX da sua *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*:

«No dia seguimte alleuamtou elRey de Castella o çerco, e sse partio com toda sua hoste como ficara a dom Egas Moniz: e o Principe dom Affomssso Hamriquez uio elRey partir, e espantamdosse mujto por que nam sabia a causa pregumtou a dom Egas, que lhe parecia de tall alleuamtamento e partida delRey de Castella, porque emtemdia que era. Dom Egas lhe comtou emtam todo o que era, e como a cousa passara: ouuimdo o Principe esto ouue gramde pesar, e foy muy jmdinado dizemdo que escolheria amtes ser morto que fazer semelhante, nem hir a suas cortes. Disse dom Egas: Senhor, nam auees de que uos aqueixar, que no que eu fiz uos tenho feito muito seruiço: porque elRey de Castella por força uos tomara, segumdo estauees desperçebido de mantijmentos, e de todo o que pera uossa defemssam uos compria, asy que em todo caso forees preso ou morto, e o senhorio de Portugall dado a outrem. De todo isto eu uos liurei. E quamto aa menagem que fiz alRey de Castella, nam uos dee disso nada, que assi como o fiz sem uosso mamdado, assi o liurarey sem uosso comselho com a graça de Deus.»<sup>5</sup>

Como se poderá detectar pela leitura sucessiva, e até por via de uma simples reprodução oral igualmente consecutiva – por muito que pudesse ser breve ou ocasional –, nas três crónicas convocadas há semelhança e discrepância, neste último caso não tanto na matéria como na especificidade

<sup>3</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, edição crítica com Introdução e Notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro – Fundação João Jacinto de Magalhães, 1998, pp. 13-14.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>5</sup> Duarte Galvão, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, apresentação de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, pp. 37-38.

factual do pormenor e do discurso. Com efeito, na *Crónica Geral de Espanha de 1344* e na *Crónica de Portugal de 1419* o episódio apresenta uma relativa proximidade substantiva, apenas quebrada aqui ou ali pela tendência da segunda para uma *amplificatio* da expressividade discursiva e dos pequenos referentes – por exemplo, a alusão genérica na primeira das crónicas ao «muy pouco mantiimêto» que em breve se esgotaria dá lugar na segunda à concretude mais visualista, e assim sensorial e reforçadamente operativa, das «veandas pera [apenas] quatro dias»; por outro lado, nesta última detecta-se ainda uma clara referência aos contornos da promessa de Moniz em (falso) nome do amo, e que obrigariam Afonso a uma deslocação até às cortes do opositor, sendo que a primeira das crónicas é antes mais evasiva, omitindo mesmo a (re)explicitação do conteúdo da promessa em questão. E a tudo isto junta-se, por fim, a presença na *Crónica de Portugal de 1419* de um conjunto de informações atinentes ao desenlace subsequente, que vincam a aversão de Afonso Henriques e de Portugal a Castela, como muito conviria numa crónica régia de matriz portuguesa, que, no tempo “novo” de D. João I e pós-Aljubarrota, pretenderia, com toda a certeza, acentuar a autonomia do Reino, até no fundo cronístico, afastando-o cada vez mais da, agora já só vislumbrável enquanto forçada, fraternidade hispânica – antes, recorde-se, tão explorada na modalidade da crónica geral.

Já na *Crónica* de Galvão processa-se, sobretudo por referência ao texto de 1419, uma pequena redução de elementos de conteúdo e de forma na parte inicial, a eliminação de uma fala central de D. Afonso Henriques, que é narrativizada, e uma ligeira simplificação da história na sua parte final. Contudo, o sentido global do episódio não se altera, e, no seu todo, as modificações acabam por não envolver uma intencionalidade ideológica ou estética de avassaladora relevância. O que está em causa é, sobretudo, um “polimento” discursivo, embora – é preciso reconhecê-lo – por vezes algo desoladoramente empobrecedor, e que se com elevado grau de probabilidade, pelo menos em parte, decorreria da natural evolução do sistema linguístico ou da consequente afinação narrativa, também não deixaria de resultar do facto de que para o efeito que a *Crónica* de Galvão mais de perto serviria – a rememoração e revitalização do momento de *fundação* no momento da *refundação* manuelina do Reino, por via da grande diáspora – tal episódio seria em grande medida inócuo, o que já não teria acontecido com as duas obras precedentes, a primeira evidenciando um redimensionamento – tímido, mas em progresso – no que diz respeito à individuação narrativa de espaços geo-políticos bem delimitados, a segunda muito ligada já a um esforço de legitimação de um território por meio de um ideário e de uma escrita, num espaço que continuava a ter em Afonso Henriques o referente fundacional heróico de sempre, guindado quase a uma espécie de marco e bússola, qual suplemento anímico

de motivação, para aquele *locus* original do ocidente ibérico, onde afinal tudo havia começado.

3. O segundo caso a que aqui aludirei é o do início do muito recordado relato da batalha de Ourique, intrinsecamente ligado à figura de Afonso Henriques.

No capítulo DCCVIII da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, escreveu o redactor assim:

«E, depois que todo esto ouve feito, ajuntou todas suas gentes e foy sobre os mouros e correolhes a terra toda des Coimbra ataa Santarem e desy passou o Tejo e correo toda a terra ataa o campo d’Ourique, honde achou el rey Ismar que a essa sazõ era rey da Estremadura cõ cinco reys que o viinhã buscar, sabendo o grande dãpno que lhes fazia em sua terra. E entrou com elles ã batalha no logar que he dito Crasto Verde e venceeos e matou e prendeo a mayor parte de todas suas gentes.»<sup>6</sup>

Depois, e sobre o mesmo assunto, a *Crónica de Portugal de 1419* explicitaria:

«E logo, sem mais tardar, el-rey dom Afonso cavalgou em hum cavalo grande e feroso que lhe trouxeram, cuberto de suas armas bramquas que ante trazia, que ele não tomara ainda as armas de quynas, asy cada hum dos senhores e cavaleyros se tornaram aos lugares que lhes erom asynados. E entom, sem mais tardar, moverom comtra os mouros, que ja vinhão comtra eles, todos em hum coração pera servirem a seu senhor. E, quando el-rey dom Afonso vio que era tempo de mover, falou a dom Pero Paez, seu alferez, que movesse com seu pendom, e loguo todolos da sua aaz moverom juntos. E el-rey, que ya diante, se asertou com hum mouro e deu-lhe hum tal golpe de lamça que deu com ele morto em terra. E passaram a primeyra aaz dos mouros e chegarom à segumda e aly foy grande poder dos mouros que vierom sobre eles.»<sup>7</sup>

E, já no início da centúria seguinte, Duarte Galvão afiançará:

«Feito esto, elRey caualgou logo em huñ cauallo gramde e fremoso, que lhe foy trazido cuberto de suas armas bramcas, como damtes trazia: e esses senhores e caualleiros se tornaram cada huñ a suas azes e lugares hordenados, e sem mais tardamça moueram comtra os mouros que ia uijnham comtra elles. ElRey quando uio seer tempo, disse a dom Pero Paez, seu alferez, que aballasse mais rrijo com a bamdeira, e toda sua aaz o fez assi, e foram iumtos ferir mujto rrijo nos mouros, homde elRey que hija diamte feriu huñ mouro da lamça de tall emcomtro, que deu loguo com elle morto em terra. E rrompemdo a primeira aaz dos mouros, chegarom aa segumda de gemte muy grossa: alli foy gramde sem comto ho poder dos mouros, que tambem das outras aazes carregaram sobre elRey.»<sup>8</sup>

<sup>6</sup> *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, p. 224.

<sup>7</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 22-23 (cap.14).

<sup>8</sup> *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, p. 65 (cap. XVII).

A análise dos fragmentos textuais em questão conduz-nos a conclusões inequivocamente elucidativas. Com efeito, se na *Crónica Geral de Espanha de 1344* o episódio não foi objecto de uma atenção particular ou sequer de uma descrição formular, estando mesmo limitado a uma quase referência lateral – decerto, como acontece com outros muito idênticos, por se tratar ainda de um episódio cujo desenvolvimento diegético é concebido em moldes que, e apesar do que acima dissemos<sup>9</sup>, não enfatizam em demasia uma delimitação de territórios vários dentro da fraterna Espanha por motivo da emergência e acção recentes de um líder que individua uma pequena porção desse mesmo espaço –, já, por contraste, na *Crónica de Portugal de 1419* ele é antes trabalhado com (i) uma certa exaustividade narrativa e descritiva e (ii) uma expressividade estético-literária não desprezível.

O primeiro dos processos para que estas minhas últimas constatações reenviam é perfeitamente aferível a partir de uma avaliação externa da materialidade concreta do pequeno relato: há, de facto, uma expansão que se justifica pela oportunidade que uma (nova) fonte de base terá passado a conceder e desenha-se um “quadro” bélico mais consentâneo com os protótipos formulares medievos da descrição narrativa – ainda que sucinta – de uma batalha. A ideia de união no esforço, o propósito de servir a Deus e ao chefe militar, a breve definição da estratégia de combate, a sugestão ritmada do(s) movimento(s), a exemplaridade liderante do rei, a hiperbolização do número dos (infiéis) inimigos, a focalização narrativa e descritiva de tipo fotográfico e cinematográfico e a consequente vitória final fariam necessariamente parte dessa encenação textual, com claras ressonâncias de uma plena assimilação de um rebuscamento literário tópico e, por isso, de grande tradição.

Por sua vez, a segunda das vertentes daquela afirmação poderia com facilidade suportar-se na compresença de processos como, entre outros, a patente dupla adjectivação – «hum cavalo grande e fermoso» –, a constante valoração imagética – «cuberto de suas armas bramquas» – e o aproveitamento das propriedades fónico-rítmicas do material vocabular como *embrayeur* de sensações de carácter auditivo, visual e até dramático – «deu-lhe hum tal golpe de lamça que deu com ele morto em terra». E, curiosamente, também na *Crónica* de Duarte Galvão a parte correspondente do relato, acima explicitada, segue muito de perto aquela última lição, como com facilidade se torna, também para este caso, muito claro mediante uma simples leitura ou audição seguidas e circunstanciais, mas correlacionadas, desses fragmentos, embora se torne obrigatório reconhecer que eliminou esta um ou outro segmento das frases de 1419 – casos de «ele não tomara ainda as armas de quynas» e «todos em hum coração pera servirem a seu senhor» – para logo integrar agora outros

---

<sup>9</sup> Vide *supra*, p. 263.

pormenores (re)compensadores, que se destacam pela sua riqueza estética – «aballasse mais rrijo», «e foram iumtos ferir mujto rrijo nos mouros», «que tambem das outras aazes carregaram sobre elRey». Nestes últimos casos, valorizou-se, pela intensificação verbal e, ainda, pelo uso da aliteração da vibrante – processos inquestionavelmente municidores de suprimentos literários – o carácter aguerrido e determinado da contenda; e o texto sai a ganhar do ponto de vista vocabular, expressivo e, inevitavelmente, substantivo – o que não havia tanto acontecido no âmbito desta Crónica com o primeiro episódio mencionado neste estudo. Mas ainda assim, de forma genérica dir-se-ia com justiça que a versão de Galvão tende a pontualmente simplificar a lição precedente, embora de passagem – esse aspecto não deve deixar de ser bem vincado – acabe por a clarificar e tornar um pouco mais sóbria, no que pode ser considerado também como uma das principais preocupações de referência para a generalidade dos cronistas medievais mais tardios: uma *tournure* supletiva em nome de uma certa elegância que começaria então a impor-se.

4. O que acabo de perspectivar a partir destes dois breves mas interessantes episódios do roteiro cronístico medieval português pretende, afinal, sustentar um diálogo em modo de reflexão com a máxima proverbial “quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto” no contexto específico de um dos mais fecundos labores da Idade Média, embora lavrando-o apenas de um ponto de vista da correlação de textos e deixando necessariamente de lado um outro tipo de abordagem: o da construção discursiva em directo confronto com os factos em si mesmo – que, em boa verdade, os cronistas raramente presenciavam.

Assim sendo, e em face da análise a que acima procedi, bem se poderia lançar desde já uma interrogação: por ser certo que quando manuseiam fontes escritas, nomeadamente as narrativas, os cronistas alteram por razões várias e às vezes menos bem determinadas as tessituras a que tinham de modo mais favorável acedido – como acabámos de verificar –, não será de supor que muito mais isso potencialmente terá acontecido no tratamento de fontes orais e até aquando da ausência de um fundo factual minimamente verosímil ou consistente? E a uma resposta afirmativa a tal pacífica possibilidade, e ao invés do que poderia supor-se, somar-se-á todavia a certeza de que tal factor poderá ser sinal benéfico de expansão narrativa, que o cronista utilizará a gosto próprio e em função dos objectivos que persegue? Responder-se-ia talvez que sim, mas sem forçosamente omitir um travo de inquietude pela elevação do grau de subjectividade historiográfica que um tal procedimento pode sempre acarretar.

Por outro lado, em última instância poderíamos sempre perguntar também sobre as crónicas medievais – e as portuguesas não são excepção –



se da visita das fontes resultará sempre a percepção de que da evolução conceptual da historiografia do período despontará a ideia de que teria ocorrido um incremento de uma textualidade comprovadamente mais circunstanciada e “autorizada”. Ou seja: o encorpamento de uma fonte pré-existente com mais dados e mais elementos será necessariamente sinónimo de maior credibilidade na definição da nossa História? E, já agora, ao invés: será que a subtracção de um ou outro segmento textual corresponde obrigatoriamente a uma regressão na validade e no interesse da fonte? Ou terá mesmo de acrescentar-se um ponto ao conto para que este se reafirme e se não anule por excesso de repetição formular? E não poderão nunca juntar-se “pontos” sucessivos ao conto para se não correr o risco de ser acusado de fantasia? Ou de outra maneira: o acrescentar de um ponto ao conto no âmbito do labor cronístico medieval será algo de inerente ao género, apreciado e até obrigatório, ou, pelo contrário, deve este último procedimento ser olhado com reserva? É que o ponto que se acrescenta ao conto poderia conter um pecado original – e que lhe poderia dar um cambiante pejorativo –: a fragilidade factual e a sua investidura em funções de elemento pragmático e/ou puramente artístico, fazendo perigar a essência matricial do género.

Em grande medida, o doseamento e a compaginação dinâmica das respostas a que estas questões nos podem conduzir encontram uma síntese recolectora e são atenuados no seu grau de perturbação nessa mesma essência do género cronístico, em cujo âmbito cabiam a *amplificatio* e a *deminutio* da própria factualidade, que no corpo da obra se faz antes “factualidade modelada” do e a partir do mundo, embora numa teia discursiva em que a “literariedade” se torna profundamente operante e fecunda. Num tempo em que a escrita corria muito por conta de poderes instituídos e com preocupações bem prementes, a narrativa da História bem se poderia fazer por meios habilmente e há muito delineados, não obstante algumas afirmações algo impressionistas que detectamos, por vezes, nos autores mais insuspeitos. De facto, o acrescentar de uma contextura retórica mais burilada ao discurso que serve de fonte era prática comum, e a construção das fontes em muito disso pôde beneficiar; mas também não será menos verdade que, em tantos outros casos, uma redução na explicitação de dados encontrou legitimação conjuntural e assim se conformou de modo perfeitamente aceitável, variando tal probabilidade em razão de expectativas, gostos, objectivos e estratégias tantas vezes condicionados por ditames plurais de ordem sócio-política e artístico-cultural. Nessa medida, o entretecer diferenciado das fontes ao longo dos séculos estaria à partida “justificado”, como aconteceria, de resto, com a generalidade das crónicas medievais portuguesas.

Afinal: nos *scriptoria* medievais, quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto? Pedro Afonso, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina,

Duarte Galvão, e outros de quem pouco ou nada conhecemos hoje, facilmente responderiam “que sim, mas que nem sempre”; e logo acrescentariam: mas (i) em nome da certificação da “verdade” e (ii) em proveito – prático e artístico – do público mais imediato desse tipo de textualidade, o que, podendo embora ser lido num registo de sobriedade “profissional”, não se desprenderia facilmente de um registo retórico-discursivo tão formular quanto o eram os modos de desenvolvimento das matérias e dos factos que se impunha fixar para lição de coevos e vindouros. Todavia, não foram poucas as vezes em que o cronista, por motivos vários, subtraiu ponto(s) ao conto, o que bastaria, em face do que antes pudemos concluir, para melhor compreender o dinamismo próprio de um género matricialmente híbrido, de feição um pouco fluida, ainda que alicerçado em coordenadas que lhe garantem coesão, coerência e estabilidade.